



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1003330-17.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento Sumário - Compra e Venda**
 Requerente: **Ivan Maq Implementos Agrícolas Ltda**
 Requerido: **Perez e Santos Ltda**

Juiz de Direito: Dr. **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

IVAN MAQ IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS LTDA, qualificado na inicial, ajuizou ação de Procedimento Sumário em face de Perez e Santos Ltda, também qualificada, alegando ter vendido um caminhão Cargo 1415 – Ford, sucata para a requerida, por R\$ 32.500,00, cujo pagamento se deu por meio de cheques.

Ocorre que a requerida encontra-se em mora com o pagamento de alguns cheques, os quais foram extraviados ou devolvidos, totalizando um débito no importe de R\$ 15.400,00 (quinze mil e quatrocentos reais), cuja condenação requereu.

Citada pessoalmente, a ré não compareceu ofereceu resposta, tendo a autora reclamado a aplicação dos efeitos da revelia.

É o relatório.

DECIDO.

No mérito, conforme regula o art. 319 do Código de Processo Civil, não oferecida resposta, presumem-se verdadeiros os fatos narrados na inicial.

Assim a mora da ré.

No mais, os documentos juntados com a inicial, dão conta de permitir a este Juízo o acolhimento da demanda.

Fica, pois, a ré condenado ao pagamento da importância de R\$ 15.400,00 (quinze mil e quatrocentos reais) que deve ser acrescida de correção monetária pelo índice do INPC e juros de mora de 1,0% ao mês, a contar da data do ajuizamento da ação.

A ré sucumbe e deve também arcar com o pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, esses arbitrados em 10% do valor da condenação, atualizado.

Isto posto, JULGO PROCEDENTE a presente ação e em consequência CONDENO a ré Perez e Santos Ltda a pagar ao autor IVAN MAQ IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS LTDA, a importância de R\$ 15.400,00 (quinze mil e quatrocentos reais), acrescida de correção monetária pelo índice do INPC e juros de mora de 1,0% ao mês, a contar da data do ajuizamento da ação, e CONDENO a ré ao pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, esses arbitrados em 10% do valor da condenação, atualizado.

P. R. I.

São Carlos, 03 de fevereiro de 2016.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**